REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

QUANDO FALAR É FAZER! O ATO DISCURSO NA RECRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL: uma análise de fatores condicionantes externos.

WHEN TO SPEAK IS TO DO! THE SPEECH ACT IN THE RECREATION OF THE NATIONAL COUNCIL OF THE LEGAL AMAZON: an analysis of external conditioning factors.

Paulo Ubirajara Mendes[*]

RESUMO: Este trabalho analisa o fato político relativo à recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal com base da Teoria do Ato Discurso, onde são considerados os fatores condicionantes externos, tendo como objetivo analisar em que medida fatores advindos do plano internacional influenciaram em tal processo, partindo-se da premissa de que narrativas podem criar ameaças e, por conseguinte, ensejar respostas no plano doméstico quanto aos desafios apresentados no Ato-Discurso, sejam eles objetivos ou construções sociais.
Palavras-chave: Amazônia. Conselho Nacional da Amazônia Legal. Ato discurso. Condicionantes externas.

ABSTRACT: This paper analyzes the political fact related to the recreation of the National Council for the Legal Amazon based on the Theory of the Discourse Act, where external conditioning factors are considered, with the objective of analyzing the extent to which factors arising from the international plan influenced this process, starting from is based on the premise that narratives can create threats and, therefore, give rise to responses at the domestic level regarding the challenges presented in the Act-Discourse, whether they are objectives or social constructions.
Keywords: Amazon. National Council of the Legal Amazon. Act Speech. External conditioning fact

[*] Coronel da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro. Assessor de Temas Institucionais no Gabinete da Vice-Presidência da República e membro da Comissão de Proteção do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Bacharel em Ciências Militares. Especialista em Bases Geo-históricas para Formulação Estratégica. Mestre em Operações Militares. E-mail: pauloumendes@hotmail.com

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

INTRODUÇÃO

As questões estratégicas que envolvem a Amazônia brasileira, em amplo sentido, são temas de indiscutível importância para a agenda política e governamental do país. A vasta extensão territorial da região, sua biodiversidade e ecossistemas únicos, as terras indígenas, as unidades de conservação , as terras devolutas, os problemas de ordenamento territorial e conflitos agrários, as doenças tropicais, o potencial para a mineração, as populações tradicionais, a expansão da fronteira agrícola, as atividades ilícitas (queimadas, garimpo, desmatamento ilegal e ação de redes criminosas organizadas), as questões fronteiriças e a comprovada necessidade de o Estado brasileiro se fazer presente de forma a ser capaz de atuar sob tal realidade, revelam a complexidade do debate inerente ao tema.

Assim, neste artigo, abordar-se o fato político relativo à recente recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal[1], em 11 de fevereiro de 2020, sob a responsabilidade do Gabinete da Vice-Presidência da República e com abrangência geográfica focada nos 9 (nove) Estados que a compõem (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso). Debruçamo-nos, também, no escrutínio do papel de varáveis provenientes do ambiente externo ao país, onde buscamos verificar se e em que medida condicionantes advindas desse nível de análise serviram para motivar movimentos, articulações internas e decisões como resposta aos desafios que surgiam.

A questão e a dimensão das atividades ilícitas na Amazônia, com suas complexas perspectivas econômicas e humanas, há muito tempo repercutem para além das fronteiras nacionais, o que demanda atenção por parte dos tomadores de decisão quanto à agenda amazônica em suas várias dimensões: do político ao econômico, do social ao societal, do militar ao ambiental.

[1] O Decreto Nº 10.239, DE 11 de fevereiro de 2020, dentre outras providências, transfere o Conselho Nacional da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República e dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão colegiado ao qual compete coordenar e acompanhar a implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal.

Nessa direção, cumpre lembrar que, no entorno estratégico do Brasil, problemas como a fragilidade e porosidade das fronteiras, o crescente protagonismo dos ilícitos transnacionais associados à fragilidade do Estado de Direito de muitos países com os quais compartilhamos estes espaços comunais e, não menos importante, a ineficiência dos mecanismos de ação conjunta existentes (NAÍM, 2006; PROCÓPIO, 2010), produzem externalidades com potencial de repercutir nas relações do Brasil com seus vizinhos e, também, com potências externas. A implementação das chamadas "localidades de operação avançada" [2], cujo melhor exemplo está consubstanciado no Plano Colômbia, mostra que o Brasil está rodeado de estruturas dessa natureza nos países vizinhos, constituindo-se em um modelo que demanda atenção.

No Brasil, o bioma amazônico contempla cerca de 50% do território nacional, fronteiras ainda não vivificadas e com alto grau de endemismo em termos de recursos genéticos, o mais biodiverso do planeta. O assunto é tão relevante para o país que, em 2020, o Estado brasileiro, por intermédio da revisão da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END) [3], ratificou a priorização da atenção para com a Amazônia, fato comprovado nas seguintes citações dos mencionados documentos:

> "2.2.9. Do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul." e "2.2.11. A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional. (PND, subtópicos versando sobre o Ambiente Nacional)

Assim, de tempos em tempos, sob os mais diversos matizes (políticas indigenistas, evasão de recursos genéticos, desmatamento, queimadas e exploração mineral, por exemplo) e tanto

[2] As "Localidades de Operação Avançada", chamadas de *Forward Operating Sites* ou *Forward Operating Locations* em inglês, são locais de suporte para operações militares e de inteligência em pequena escala e geralmente por tempo limitado, com forças rotatórias ocasionais.
[3] Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2020.

por condicionantes domésticas quanto por condicionantes externas, a temática da Geopolítica da Amazônia, parafraseando Bertha Koiffmann Becker (2004), retorna à pauta, gerando efeitos nas diferentes expressões do Poder Nacional[4].

Motivado por fatos históricos e, sobremodo, por episódios recentes envolvendo o tema Amazônia, o artigo buscou respostas à seguinte pergunta: em que medida a construção de possíveis ameaças, por meio de narrativas, vindas do ambiente externo, influenciaram no processo de recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal enquanto atos perlocucionários?[5].

Para tanto, partiremos da premissa de que as ameaças podem ser construções sociais, por vezes tendo sua validade confirmada pelo nível da autoridade que chancela o discurso e pela aderência do público a práticas discursivas que apresentem algo como estando existencialmente ameaçado. Definidos a premissa da qual partimos em busca de inferências descritivas e causais, o universo e o problema de pesquisa, a Figura 1 sintetiza a cadeia causal a guiar esse estudo:

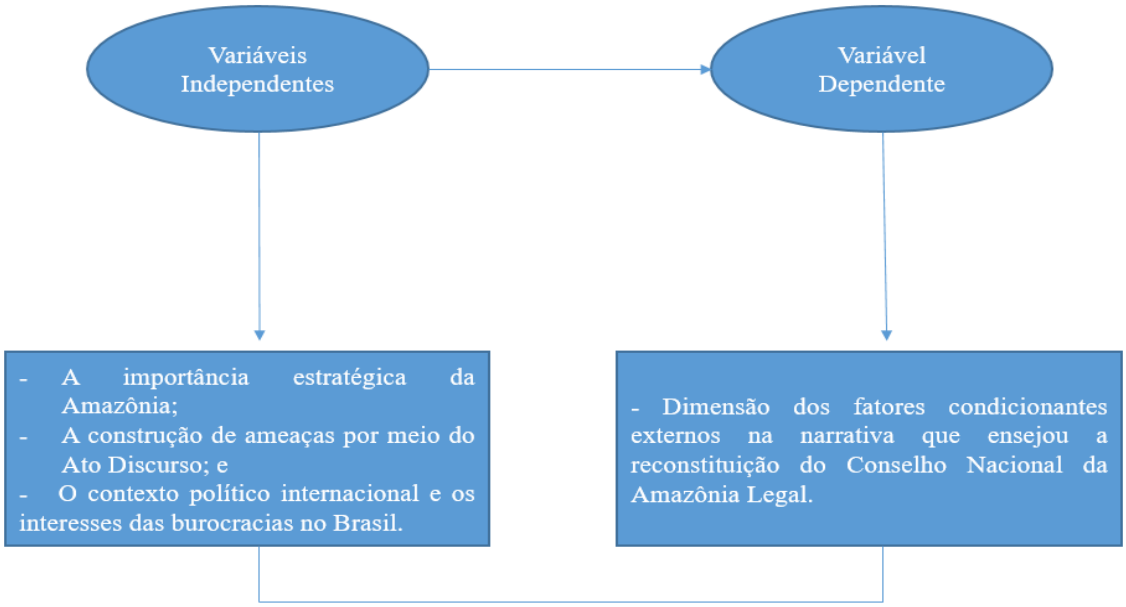
[4] O Poder Nacional deve ser entendido como um todo, uno e indivisível. Entretanto, para compreender os elementos estruturais, pode-se estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco Expressões, saber: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

[5] A definição de ato perlocucionário está ligada ao fato de dizer algo frequentemente e os efeitos que isso produzirá sobre sentimentos, pensamentos ou ações dos interlocutores, sendo que isso pode ser feito com a intenção ou propósito de produzir tais efeitos. O ato perlocucionário também pode ser entendido como o efeito que se visa a produzir, como convencer, persuadir, dissuadir e até surpreender ou enganar.

Recebido em: 04 jan. 2021 - Aceito 30 jan. 2021
E-mail: repats.editorial@gmail.com

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

Figura 1 - Cadeia causal



Fonte: Elaborada pelo autor

Para atender à cadeia causal, temos como objetivo geral verificar a relevância de fatores externos na construção de narrativas referentes à Amazônia e em que medida tais fatores repercutiram na recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Complementarmente, buscamos analisar a geopolítica amazônica e sua dimensão estratégica, a construção dos Atos Discursos de atores externos referentes à Amazônia ao longo da história e a interação das condicionantes externas com os interesses das burocracias internas no processo de tomada de decisão com relação à recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em 5 (cinco) seções, das quais a introdução e conclusão são a primeira e a última. Na introdução apresentamos uma ambientação ampla e inicial do tema onde se ressalta a importância da região Amazônica, a vasta plêiade de nuances que se integram na dinâmica regional, aspectos dos países vizinhos, o fato político da recriação

Recebido em: 04 jan. 2021 - Aceito 30 jan. 2021
E-mail: repats.editorial@gmail.com

do Conselho Nacional da Amazônia Legal, aspectos do setor defesa e a metodologia de planejamento científico utilizada no decorrer da investigação.

No segundo tópico, denominado "Geopolítica Amazônica" abordamos, em sequência histórica, alguns eventos com origem no plano externo que bem demonstram as interações estrangeiras com a temática Amazônica, a complexidade da região e alguns dos desafios para a governança em função da atual realidade do mundo centrado em redes.

No prosseguimento, no tópico 3, apresentamos o referencial teórico que embasa a pesquisa, focando na teoria do Ato Discurso e na construção social de ameaças, bem como integrando tais conceitos à era da Hiperconectividade e o *case* das narrativas ligadas às mudanças climáticas.

A análise empírica ocorre no tópico 4, intitulado condicionantes externos na construção de narrativas amazônicas, onde verificamos o papel das narrativas como elemento capaz de gerar efeitos perlocucionários, sendo explorados conteúdos referentes à dimensão geopolítica da Amazônia; a aplicação do referencial teórico-conceitual que embasa a cadeia causal, com foco no estudo dos Atos da fala e, por fim, em fatores externos que influenciaram na decisão política da recriação do Conselho da Amazônia, sob a égide de coordenação da Vice-Presidência da República.

Ao fim, apresentamos as inferências obtidas objetivando verificar, nesse caso, a validade de nossa premissa: de que atos de fala no plano internacional, proferidos por agentes investidos de autoridade, podem ensejar a construção de ameaças que acabam por influenciar no processo doméstico de tomada de decisões por parte dos atores alvo desses discursos.

2. GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

A Amazônia, historicamente, é palco de questões complexas, tanto provenientes do âmbito interno, as ditas questões domésticas, quanto induzidas por fatores externos. A própria

história nos mostra que a Amazônia é uma região naturalmente acostumada com as mudanças e a modernidade. Inicialmente, recebeu a presença e as influências externas da cultura europeia, sendo laboratório para uma miríade de métodos de exploração e, em cada fase de sua história, mostrou capacidade de adaptação às novas realidades (agricultura capitalista com o Marquês de Pombal, economia extrativista com a borracha e estrutura industrial com o advento da Zona Franca de Manaus).

Assim, para comprovar a validade do argumento de que há intersecção entre fatores externos e a Amazônia citamos, como exemplo emblemático, a assertiva de Gerald Horne (2007), em seu livro "O Sul mais distante", quando relata que, na década de 1850, Matthew Fontaine Maury - então chefe do Observatório Naval dos Estados Unidos da América, em sua obra denominada *Exploration of the Valley of the Amazon (1853)* - fez um plano e sugeriu que os EUA, a fim de evitar uma guerra civil entre os Estados do Sul e do Norte, deslocassem a produção de algodão com mão de obra escrava para a região da Amazônia brasileira.

Na mesma direção, na segunda metade da década de 1940, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA), aprovada na Primeira Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris, comprovou a assertiva que propugnava pela existência de interesses extranacionais pela Amazônia no pós-Segunda Guerra Mundial.

Igualmente emblemática foi a manchete de capa do Jornal Correio da Manhã, de 14 de julho de 1968, que noticiou um relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, onde foram revelados aspectos dos interesses encobertos pelo projeto do *Hudson Institute*, dos Estados Unidos da América (EUA), que previam a inundação de terras baixas na Amazônia para criar vias de acesso fluviais que propiciassem acesso às terras altas e desenvolvimento regional por intermédio da agricultura e obras de infraestrutura:

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

Figura 02

CORREIO DA MANHÃ, Domingo, 14 de julho de 1968 1.º Caderno

CORREIO REVELA TÔDA A VERDADE SÔBRE A AMAZÔNIA

O CORREIO DA MANHÃ apresenta, hoje, na íntegra, o relatório secreto redigido por três diplomatas brasileiros que estiveram, a serviço do Ministério das Relações Exteriores, estudando as características do Hudson Institute e as suas finalidades com o planejamento do sistema de grandes lagos para a América do Sul.

Neste relatório são analisadas as fundamentações técnicas do sistema, suas finalidades no plano político e a sua atualidade, mais do que a denúncia do plano (lançada em manchete do CORREIO DA MANHÃ em 17 de dezembro do ano passado), reside no alerta dado por aqueles diplomatas sôbre a necessidade de um programa real do Govêrno brasileiro para ocupação da Amazônia, que êles viram em grande perigo. O documento, guardado em segrêdo pelo Govêrno, mostra também o que é o Hudson Institute e a que serve.

I — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DE NATUREZA GERAL

O Hudson Institute é uma entidade de pesquisa e planejamento de política internacional e dos problemas de segurança dos Estados Unidos. Embora caracterizados como entidade privada sem fins lucrativos, trabalha, conforme se depreende do fato de que mais de 85% de seu orçamento provêm de contratos com agências oficiais norte-americanas, especialmente com o Departamento de Defesa.

Dentro da área específica de problemas a cujo estudo se dedica, decidiu o Instituto realizar um programa especial em relação à América Latina, fundado na concepção de que os países da região possuem vastas áreas ainda não civilizadas, nas quais se tornaria indispensável e seria institucionalmente mais fácil realizar um esfôrço de desenvolvimento econômico conjugado.

Não é clara a vinculação exata que a finalidade precípua do Instituto — segurança dos Estados Unidos — possa ter com a criação de um sistema de "grandes lagos", na América do Sul. No entanto, é lícita a suposição de que êsse plano específico sôbre a Amazônia de alguma forma também se entrose na sistemática dos estudos que o Hudson Institute faz, com vistas à segurança norte-americana.

Que teria levado o Instituto a orientar suas preocupações, no sentido de uma política de ocupação efetiva da região amazônica? Várias hipóteses nos ocorrem desde logo:

1) o autor do projeto, sr. Robert Panero — que é [illegible] rica Latina, ou mais exatamente com a Colômbia, vínculos de família, capazes por si sós, de atrair sua atenção para os problemas da área

2) o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), por iniciativa do sr. Carlos Sanz de Santamaría, solicitou há tempos que o Instituto estudasse os problemas da América Latina;

3) o diretor do Instituto, sr. Herman Kahn, caracteriza-se por uma visão ampla e futurista dos problemas mundiais, suscetível de motivar-se com a grandiosidade do plano; e

4) a preocupação estratégico-militar norte-americana com um sistema regional integrado de vias de acesso ao Panamá e à costa ocidental da América do Sul, revelada inicialmente pela construção da estrada Panamericana e, mais recentemente, pela "Carretera Marginal de la Selva", poderia completar-se com a criação de hidrovias, que conduzissem ao Amazonas, e dêste à Venezuela, através do Negro e do Orenoco.

Do ponto de vista técnico, o plano se fundamenta em duas considerações básicas: por um lado, o exemplo da América do Norte, onde a existência de um grande sistema de lagos naturais foi extremamente benéfica para o desenvolvimento da região; por outro, o fato de que, entre todos [illegible] ferior, de maneira a permitir o represamento desejado.

A inundação de consideráveis áreas — estimadas com a inclusão de outros lagos menores em tributários do Amazonas em .... 600.000 km2, ou seja, superfície equivalente ao dôbro de grandes lagos norte-americanos — é justificada de diferentes maneiras:

1) trata-se de área que hoje já é parcial e sazonalmente inundada e, portanto, de limitado aproveitamento econômico; 95% das atividades de população ribeirinha se consumiriam na "luta contra o rio";

2) a inundação das terras baixas propiciaria acesso direto às terras altas, de grande riqueza mineral e melhor aproveitamento agro-pastoril;

3) o aproveitamento hidrelétrico das barragens a serem construídas supriria tôda a região com energia abundante e, mesmo com aproveitamento inicialmente reduzido, bastaria para autofinanciar a obra.

Subsistem, no entanto, inconvenientes e grandes incógnitas em todo o plano de inundação da Amazônia: vários núcleos populacionais hoje existentes, Óbidos, Santarém etc., teriam de ser transladados para as terras altas; as modificações climáticas previsíveis são significativas, mas desconhecidas em seus efeitos [illegible] do, ou alterado, de forma tal que o Instituto prevê a necessidade de uma substancial revisão da oceanografia do Atlântico. E basta mencionar ainda que, entre as incógnitas suscitadas, embora com muitas reservas, os planejadores do Instituto mencionaram até a de que o centro de gravidade da Terra poderia ser deslocado, dado o pêso da água a ser represada na altura do Equador (sic).

Os aspectos técnicos do problema serão objeto de capítulo seguinte dêste relatório, com a crítica minuciosa dos planos dos "grandes lagos" sul-americanos. Seria talvez conveniente que engenheiros e hidrólogos brasileiros pudessem, informalmente, visitar, em breve, o Instituto Hudson, a fim de aprofundar a avaliação técnica dos estudos que lá são feitos.

Cabe, no entanto, sôbre os aspectos políticos, tecer algumas considerações:

A concepção do sistema dos "grandes lagos" tem agora apenas aspectos geográficos multinacionais, mas, se fôr levado adiante sob a direção exclusiva dos Estados Unidos ou de organismos internacionais, tenderá a assumir adiante as características supranacionais.

O caráter internacionali-

O projeto dos Grandes Lagos Amazônicos

Fonte:http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=93748&url=http://memoria.bn.br/docreader#

Assim, quando falamos em Geopolítica, de maneira muito simples, cumpre esclarecer que se trata de um campo de estudo e do conhecimento que trabalha debruçado sobre questões atinentes às relações entre espaço e poder, buscando compreender como se relacionam e articulam, conexões estas observadas nos fatos históricos narrados.

Mais especificamente quanto à importância da Geopolítica da Amazônia - questão por si só complexa em função de sua diversidade, grandiosidade e interesses envolvidos - é relevante trazer ao debate alguns aspectos, como pontuado por Mario Miguel Amin em seu artigo denominado "A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI", a saber**:**

> "A importância geopolítica da Amazônia no cenário internacional tem sido determinada por seu grande estoque de recursos estratégicos, que despertam interesses expressos nas estratégias geopolíticas de países e instituições internacionais, pela apropriação do que os grupos de ecologistas e ambientalistas chamam hoje de "capital natural ou capital intangível" (Becker, 2004; Schmidt e Santos, 2002). A Amazônia, como não podia ser diferente, ganhou novas formas de ser identificada nos eventos nacionais e internacionais: "Amazônia, maior floresta de capital natural"; "Qual é o valor intangível da Amazônia?". Essas e muitas outras identidades surgiram ao longo do tempo como forma de qualificar o patrimônio da maior floresta tropical do planeta. " (AMIN, 2015, p. 22)

Logo, podemos perceber que, na Geopolítica, fatores intervenientes advindos do ambiente internacional, fomentados por países ou instituições, acabam por se constituir em variáveis que afetam os Estados, influenciando na tomada de decisões sobre o uso, a exploração e o controle de territórios. E, nesse contexto, a Amazônia não foi e não é diferente.

Assim, recorrendo à ligação entre a Amazônia e as necessidades advindas da superpopulação em algumas regiões do planeta, em 1980, Carlos de Meira Mattos já visualizava a complexidade do tema, dizendo que "seria, mesmo, um desafio perigoso manter-se esse vazio demográfico; em áreas de dimensões continentais, quando o grave problema das regiões superpovoadas como Bangladesh, Indonésia e Japão, começa a assumir foros de inquietação internacional" (MATTOS, 1980, p. 145 e 146).

Na direção de melhor entender o sentimento relativo à questão da alardeada retórica da cobiça internacional em relação à Amazônia, faz-se relevante apresentar dados levantados no Brasil, em pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, entre os dias 29 e 30 de agosto de 2019, sobre a temática amazônica[6]. Na tabulação de resultados, 61% dos entrevistados concordaram com a assertiva de que "o interesse de outros países na Amazônia é apenas uma desculpa para poder explorá-la".

Em outro exemplo, ainda em relação às narrativas internacionais sobre a região amazônica, em 03 de setembro de 2019, Marco Antonio Araujo assim se expressou:

> "Da próxima vez que ouvir algum discurso em francês esbravejando contra os vilões brasileiros, é razoável ao menos lembrar quanto a indústria farmacêutica francesa (e

[6] Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/09/02/bfbbcefe0cfbd1eacb357c3cf8f14d6eaa.pdf

> do resto do mundo) faturou e ainda pretende faturar com "nossas" decantadas riquezas naturais. Se há algo que o Brasil não tem feito – e isso sim merece críticas virulentas e nacionalistas – é exercitar a mesma agilidade e ganância que os mocinhos estrangeiros demonstram para registrar patentes de descobertas feitas a partir da fauna, da flora e do subsolo só existentes aqui, no nosso território. Na nossa floresta. O mais curioso é como essa propaganda, esse marketing agressivo travestido de pacifismo, atinge corações e mentes de nativos bem-intencionados. Estamos bombardeados por essa panfletagem hipócrita que coloca nosso país como incompetente para gerir seu próprio patrimônio."[7]

As abordagens supramencionadas fazem-nos chegar a um denominador comum, concordando que, no plano internacional, existe uma ação de forças, talvez ainda não plenamente definidas, que se articulam de forma a promover percepções, por vezes retóricas, quanto ao tema da gestão amazônica, prioritariamente, sob o viés ambiental, mas com base na defesa de seus interesses, nem sempre claros.

Para dar mais cores ao cenário estudado, propiciando perceber a mudança na velocidade dos eventos, cumpre lembrar que a Revolução Técnico-Científica, também chamada de Terceira Revolução Industrial, que se iniciou na segunda metade do século XX, particularmente a partir da década de 1970, possibilitou uma série de descobertas e evoluções no campo tecnológico. Ensejou, assim, facilidades de transporte que hoje possibilitam franca circulação no mundo, aliadas ao aumento no rol e na velocidade das ferramentas que dinamizam os meios de comunicações.

Dentre algumas das implicações decorrentes do fenômeno, a geopolítica passou a ser influenciada por redes e fluxos que tornam mais complexas as tomadas de decisão. Em relação ao tema e seu real poder de influência nas decisões estratégicas dos Estados Nacionais, Manuel Castells assevera que:

> "Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e

[7] Disponível em: https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/cuidado-com-o-interesse-estrangeiro-pela-amazonia-03092019)

> até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. ” (CASTELLS, 1999, p. 49)

Nota-se, portanto, que a tendência de transnacionalização das mencionadas redes resta comprovada e, nesta direção, não é exagero dizer que cada vez mais as ferramentas que as operacionalizam serão melhor gerenciadas pelos países e instituições líderes no setor, onde as ações de articulação política no nível estratégico fluem de forma mais vigorosa, permitindo que tais atores possam avaliar e escolher os territórios onde visualizam influenciar, empreender e gerar lucros, principalmente em função das potencialidades naturais existentes (PROCÓPIO, 2010).

Para melhor entendermos os problemas regionais e seus reflexos na Geopolítica Amazônica, há que compreendermos algumas nuances sobre o processo de ocupação. A maneira com que foi ocupada a Amazônia no passado recente, por intermédio da alocação de colonos de outras partes do país, com o objetivo de desenvolverem atividades extrativistas e agropecuárias, constituiu-se no modelo tradicional de ocupação da área, mas que “tem levado a um aumento significativo do desmatamento na Amazônia legal, sendo este um fenômeno de natureza bastante complexa, que não pode ser atribuído a um único fator” (Alencar et al., 2004, p. 89). Logo, os eventos narrados nos permitem inferir que fatos motivados por raízes e aspectos culturais, a exemplo do desmatamento, em tempos onde a velocidade da transmissão de informações é quase que instantânea, acabam por influenciar no plano externo, ensejando o surgimento de narrativas.

Complementarmente, a despeito das questões geopolíticas da Amazônia, não se pode olvidar das ações no nível tático[8], que também irão gerar eco no plano externo e são efetivamente necessárias para a redução dos índices negativos atualmente verificados em diversos aspectos avaliados e absolutamente necessárias para a exequibilidade dos projetos nacionais na dita “ponta da linha”, pois, ademais da dialética acadêmica, seguem crescendo os problemas, as demandas de povoamento, desenvolvimento, as questões de fronteira, a

[8] Ações mais simples, de menor complexidade, que são desempenhadas pelos Estados e Municípios, com o objetivo principal de "traduzir" as estratégias desenvolvidas no plano estratégico, gerenciando e coordenando o plano operacional na busca por metas e objetivos traçados.

necessidade de apoio ao crescimento dos pequenos empreendedores, a necessidade de melhor gerenciar as reservas de recursos minerais etc.

Pudemos, então, constatar que a realidade da grandeza geopolítica da região reforça a condição da Amazônia como objetivo estratégico para o Brasil e alhures. Assim, se revelam grandes desafios no âmbito periférico da América do Sul e no ambiente doméstico do Brasil, pautados em questões de defesa, segurança, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

3. O ATO DISCURSO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE AMEAÇAS

As ameaças e a consequente aspiração por segurança sempre foram questões relevantes para os Estados, independentemente de seu tamanho e poderio militar. Por isso, comumente se fala em "sensação de segurança", percepção que certamente se insere nas mais antigas preocupações de indivíduos, grupos sociais, países, dentre outras formas de organização política. Logo, tudo que possa, mesmo que aparentemente, comprometer tal realidade pretensa, passa a ser motivo de preocupação e pode impactar a tomada de decisões na contenção de ameaças, sejam elas reais ou socialmente construídas.

No plano internacional, a interação entre diferentes países, hoje muito acelerada por conta dos canais de comunicação já mencionados, dos recursos tecnológicos e narrativas protagonizadas por atores diversos, tais como Chefes de Estado, Chefes de Governo, Organizações Não Governamentais, Organizações Internacionais, acaba por influenciar na consecução dos objetivos nacionais, podendo, inclusive, gerar fricção e situações conflituosas. Nessa direção, e no que tange às possibilidades das ações estatais, cumpre trazer à reflexão o conceito de ação psicológica de José N. Souza Lucena para quem:

> "A ação psicológica explora as tensões sociais ou econômicas, bem como as paixões de natureza ideológica, de modo a influenciarem-se governos adversários ou neutros, determinados grupos no interior do adversário e a opinião pública, a fim de conquistar

> adesões para objetivos que se visam, desacreditar os do adversário e desmobilizar este. ” (LUCENA, 1992, p. 131)

3.1 Teoria dos atos da fala

Nessa pesquisa, utilizaremos elementos da Teoria dos Atos da Fala (com ênfase nos *Speech Acts*), principal *framework* e, complementarmente, o conceito de Hiperconectividade, tratados a seguir. Inicialmente, veremos que o conceito de atos da fala foi formalmente concebido pelo filósofo inglês John Langshaw Austin e publicado em 1962 sob a forma de um conjunto de conferências com o título *How To Do Things with Words* (Como fazer coisas com palavras). Em seu trabalho, buscou estudar os limites de abordagens linguísticas e sua significação, considerando que as sentenças proferidas em quaisquer línguas são formas de representar diferentes realidades.

Nas décadas de 1960 e 1970, Austin e, posteriormente, John Searle desenvolveram a Teoria dos Atos da Fala, partindo da teoria pragmática de Wittgenstein de que é o uso das palavras em diferentes interações linguísticas que determina o seu sentido. Esse sentido, porém, não se reduz apenas ao das proposições declarativas uma vez que, dependendo do jogo de linguagem, o sentido de uma proposição pode mudar. Ao investigar essa questão, Austin descobriu que determinadas sentenças são na verdade ações. Assim, Austin defendia que “dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e o mundo circundante”.

Inicialmente, Austin distinguiu os enunciados em constantivos (descrevem um estado de coisas e podem ser rotulados como falsos ou verdadeiros) e performativos (não descrevem absolutamente nada e não se submetem aos critérios de verificabilidade). Em relação aos performativos, verificou-se que, para serem bem-sucedidos, necessitam que o falante tenha autoridade para executar o ato e as circunstâncias em que as palavras são proferidas devem ser apropriadas.

O amadurecimento da pesquisa fez Austin concluir que todos os enunciados são performativos, retomando o problema em novas bases que propiciaram identificar três atos que podem ser realizar nos enunciados – o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário (AUSTIN, 1990), sendo os dois últimos as categorias que mais interessam na nossa interpretação das questões ligadas à Amazônia.

Complementarmente, John Searle (1984) sistematizou o assunto estabelecendo uma distinção em atos da fala diretos e indiretos, onde abordou uma concepção pragmática e performática do uso da linguagem, quebrando o paradigma antigo que só concebia o aspecto descritivo da linguagem. Nascia, assim, a abordagem de que as palavras não são simplesmente usadas para descrever um objeto ou situação, mas também para ensejar ações ou proposições.

3.2 Construindo narrativas em tempos de hiperconectividade: o caso das mudanças climáticas

Utilizemos como exemplo tangente aos propósitos de nosso estudo uma das questões centrais da agenda internacional contemporânea: as mudanças climáticas. Segundo Bruno Carbinatto “desde os anos 1970, previsões para aquecimento global vêm acertando” (BRASIL, 2020, p, 01). Nota-se, portanto, que as narrativas envolvendo as questões relativas às mudanças climáticas no mundo vem, progressivamente, ganhando relevo, gerando potencial ameaçador aos países mais sensíveis a intempéries derivadas do clima.

Inicialmente, a temática climática repercutia timidamente no meio acadêmico, em grupos ambientalistas e em alguns setores políticos, mas isso mudou. No início da década de 1980, verificou-se que a temática relativa aos efeitos dos desmatamentos e queimadas, com seus reflexos nos ecossistemas, passou a integrar mais intensamente a agenda das relações internacionais, gerando interações de caráter multisetorial (entre representantes da iniciativa privada, setor industrial, governos formalmente constituídos, ONGs e organismos internacionais) (GIDDENS, 2010).

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

O estabelecimento do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) em 1988, a adoção da Convenção do Clima, em 1992, e do Protocolo de Kyoto, em 1997, constituíram-se em pontos de referência na politização e, por vezes, na articulação de movimentos de securitização internacional da narrativa climática.

Desta forma, registramos a materialização de eventos formais que ocorreram motivados com base em eventos reais, mas, também, em função de um arcabouço de narrativa gerado em função de percepções socialmente construídas. Nota-se, no caso em apreço, que os atores envolvidos percebem a problemática do clima como uma ameaça e buscam colocar a questão em um lócus que justifique o uso dos meios necessários para conter tais ameaças, com impactos em diversas áreas, tais como a ambiental, a econômica, a política e, em última instância, a militar.

No reforço à narrativa ambiental, e em relação ao Protocolo de Kyoto, nota-se que houve um esforço da diplomacia mundial para viabilizar a construção do texto do tratado, que impõe compromissos complexos a alguns países, vindo complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, definindo metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

Em 2015, o Acordo de Paris[9] oficializou, em nível mundial, que a preocupação climática seria pauta perene no século XXI e que a contenção do aquecimento global era prioridade estratégica. As medidas a serem adotadas para a redução da emissão de gases geradores do efeito estufa, a partir de 2020, definiriam o futuro do planeta. A temática climática estava posta agora, como nunca antes, na pauta mundial, envolta em nítidos contornos de uma retórica securitizadora. Nessa direção, reforçou-se o discurso de que a Amazônia seria o "pulmão do mundo" e eram inadmissíveis ações de desmatamento na região, mesmo com prejuízo ao desenvolvimento de certos países.

[9] O tratado internacional conhecido como Acordo de Paris, foi concebido em 2015, assinado por 195 países, tendo como objetivo fortalecer a resposta global às ameaças das mudanças climáticas.

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

Assim, a narrativa afeita aos reflexos de ações deletérias no espectro ambiental e suas consequências negativas para o clima do planeta começou a integrar fortemente as agendas atinentes à segurança internacional. Nessa época, ocorreu a Primeira Reunião do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para parlamentar sobre o tema. Também nessa época, Al Gore, ex-vice-Presidente dos Estados Unidos da América e o IPCC foram agraciados com o prêmio Nobel da Paz. Tais fatos assinalaram uma nova realidade retórica sobre a Amazônia, com a constatação da existência de um processo de construção de narrativa onde as mudanças climáticas representam uma ameaça à paz mundial e a segurança internacional, sendo protagonizado por atores ligados a alguns governos, ONGs e comunidades epistêmicas.

As dinâmicas do contexto internacional acima descrito, onde a construção de ameaças passou a ser algo recorrente, assumiram notável proporção quando observadas sob as lentes analíticas derivadas das novas realidades dos tempos de hiperconectividade (FERGUSON, 2017)[10]. E, nesse contexto, em um mundo onde a velocidade na transmissão de informações é instantânea e a quantidade de dados disponíveis é gigantesca, criou-se a necessidade de uma governança que seja capaz de filtrar aquilo que é essencial, analisando os múltiplos fatores com rapidez para que sejam tomadas as decisões corretas frente às ameaças que impactam nas relações e nas configurações do poder.

Nessa realidade, ações assertivas advindas de práticas narrativas, ou atos-discursos, caracteriza-se em função da máxima de que os diferentes temas podem ser estabelecidos como objetos de segurança, agregando *status* de ameaça em determinados contextos sociais em que são construídos. A partir de uma interpretação dos problemas no âmbito de uma agenda política, os discursos buscam convencer um determinado público-alvo, de forma a obter legitimidade na

[10] Eduardo Magrani, em sua obra "Entre dados e robôs – Ética e privacidade na era da Hiperconectividade" (2019), diz que o termo hiperconectividade foi cunhado inicialmente para descrever o estado de disponibilidade dos indivíduos para se comunicar a qualquer momento. Também nessa direção, Niall Ferguson, em seu artigo "The False Prophecy of Hyperconnection" (2017), explica que a única coisa nova sobre as redes sociais de hoje é que elas são maiores e mais rápidas do que sempre foram, ligando milhares de milhões de pessoas em segundos (tradução nossa).

reivindicação do uso de todos os meios à disposição para conter a ameaça identificada, dentre os quais, em casos extremos, a força.

As teorias estudadas nos permitem o melhor entendimento desse contexto complexo onde ainda pairam muitas incertezas e, nesse sentido, nos levam a refletir se a dita "Era da Hiperconectividade" trouxe novos arranjos na forma de pensar e agir no processo de tomada de decisões. Assim, como os fatos materiais e subjetivos se conectam em um dado contexto? O que é relevante e o que é supérfluo? Como gerenciar dados e informações como um instrumento orientador capaz de gerar atos perlocucionários?

É certo que existe a necessidade premente de adaptação à nova realidade, agregando capacidade de oferecer respostas rápidas e com a visibilidade necessária aos diferentes níveis decisórios, em função de articulações instantâneas, multidimensionais, multisetoriais e, igualmente complexas.

No entanto, as respostas a estes questionamentos não são simples, instando-nos, por conseguinte, a refletir sobre a capacidade que esses atores têm de difundir narrativas que podem ser construídas com o objetivo de criar instabilidade e impactar o processo de tomada de decisões.

4. CONDICIONANTES EXTERNOS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS AMAZÔNICAS

Historicamente, são recorrentes as menções à noção da finitude dos estoques de suas riquezas e recursos naturais, visualizando a possibilidade de disputas futuras com base na desigualdade da distribuição geográfica dos mencionados recursos. Assim, Henrique Rattner, em seu artigo intitulado "O esgotamento dos recursos naturais: catástrofe e interdependência?" corrobora o fato citando que "o tema da escassez e do próximo esgotamento de recursos naturais é frequente e insistentemente relacionado com a crise que atravessa o sistema econômico mundial, servindo de argumento de peso para as previsões pessimistas" (BRASIL, 1977, p. 01).

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

Dados apontam que as principais reservas naturais intocadas do planeta estão em áreas periféricas, como na Amazônia (BOGONI, 2015). Assim, o futuro aponta alguns potenciais cenários objetos de disputas: mar, a Antártida (já fracionada por alguns países) e a Amazônia (politicamente soberana com base nos países que a integram).

No plano internacional, vários atores interagem sob o manto da narrativa amazônica. Há que se buscar mapear quais são os mais relevantes e seus projetos. Neste contexto, citamos, como exemplos: organizações religiosas, entidades de cooperação internacional (científica, financeira e técnica), empresas com escopo na exploração de ativos naturais, agências estrangeiras de desenvolvimento, grupos de pressão, ONG nacionais e internacionais, dentre outros.

Mas, por vezes, essa cooperação técnico-científica tem limitações. A questão crucial é o controle da informação, porque muitas vezes os pesquisadores locais, em parcerias, conhecem o subprojeto ligado à sua parceria, mas não o projeto como um todo. Nessa direção, Gama e Velho, em seu artigo "A cooperação científica internacional na Amazônia" estão alinhados com nossa perspectiva e afirmam que:

> O interesse internacional sobre a Amazônia é bastante antigo, e as expedições científicas estrangeiras para coleta de material e posterior classificação e análise datam de centenas de anos. Entretanto, nas últimas décadas, particularmente com o advento da biotecnologia moderna, que abriu a possibilidade de novas aplicações tecnológicas, os recursos genéticos presentes na Amazônia passaram a ter uma importância estratégica. Isso, ao mesmo tempo em que estimulou o interesse internacional no estudo e na coleta da biodiversidade local, colocou um desafio ao país, qual seja, como garantir a participação brasileira no conhecimento gerado sobre a floresta, seus recursos e suas aplicações? (GAMA e VELHO, 2005, p. 205).

No Brasil, o ano de 2019 foi crítico e, particularmente, marcado pela temática ambiental, com foco específico na crise consubstanciada em função dos episódios de desmatamento ilegal e queimadas no bioma amazônico. Os reflexos dessa temática ecoaram além das fronteiras do Brasil, fazendo com que atores externos relevantes, com destaque para alguns chefes de Estado

e formadores de opinião se manifestassem assertivamente sobre tais questões, criando narrativas contrárias ao Brasil e a gestão sobre a Amazônia.

Chuck Schumer, senador democrata estadunidense pelo estado de Nova Iorque, em 21 de agosto de 2019, repercutiu a narrativa de crítica à gestão brasileira sobre a Amazônia dizendo "*The Amazon Rainforest has an essential role in curbing climate change, but it's burning at a record rate. We must take meaningful action to protect our planet and put an end to these fires*"[11].

O dia 22 de agosto de 2019 foi emblemático nas críticas estrangeiras à gestão doméstica sobre a Amazônia e, mais particularmente, sobre a questão das queimadas. O elemento iniciador da verdadeira avalanche de críticas que construiu a narrativa foi a postagem de Emmanuel Macron, presidente francês, no Twitter, onde disse que "Nossa casa está queimando. Literalmente. A Floresta Amazônica - os pulmões que produzem 20% do oxigênio do nosso planeta - está em chamas. É uma crise internacional. Membros da Cúpula do G7, vamos discutir em dois dias este tema emergencial!"[12] (tradução nossa).

Imediatamente, o presidente da Colômbia, Iván Duque, endossou as palavras de Macron em pronunciamento em uma rede social dizendo que "*La tragedia ambiental en el Amazonas no tiene fronteras y debe llamar la atención de todos. Desde el Gobierno Nacional ofrecemos a los países hermanos nuestro apoyo para trabajar conjuntamente en un propósito que nos urge: proteger el pulmón del mundo*"[13].

Nos EUA, em tom mais taxativo, o prefeito de Nova Iorque, também em 22 de agosto de 2019, criticou o governo brasileiro em uma rede social. Na oportunidade, Bill de Blasio assim

[11] Publicação no perfil oficial de Chuck Schumer no Tweeter, disponível em: https://twitter.com/SenSchumer/status/1164283614588260365, acesso em 07 de agosto de 2020.
[12] Publicação no perfil oficial de Chuck Schumer no Tweeter, disponível em: https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1164617008962527232, acesso em 04 de agosto de 2020.
[13] Publicação no perfil oficial de Iván Duque no Tweeter, disponível em: https://twitter.com/IvanDuque/status/1164512570960752640, acesso em 07 de agosto de 2020.

se pronunciou: "*Bolsonaro's lies don't change the facts. Deforestation in the Amazon has increased 67% since he came into Power*"[14].

Ainda em 22 de agosto de 2019, o senador norte-americano pelo Estado de Vermont e à época candidato à presidência daquele país, Bernie Sanders, criticou os incêndios na Amazônia brasileira, dizendo que as mudanças climáticas são uma emergência global e que o presidente do Brasil e seus aliados estariam queimando a floresta amazônica para obter lucros pessoais, colocando em risco a sobrevivência do planeta[15].

O porta-voz de Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha, em 23 de agosto de 2019, na mesma direção, afirmou que os incêndios na Amazônia eram uma situação urgente que deveria ser debatida no encontro de cúpula do G7[16], agregando eco às manifestações anteriores e correlatas.

Também em 23 de agosto de 2019, Donald Trump, então presidente estadunidense, manifestou-se sob a tônica de oferecer ajuda ao Brasil. Em uma rede social, disse que tinha acabo de falar do Brasil e que "se os Estados Unidos puderem auxiliar com as queimadas na Floresta Amazônica, estamos prontos para ajudar"[17] (tradução nossa).

Em 24 de agosto de 2019, em meio a protestos dos chamados "coletes amarelos", Emmanuel Macron, presidente da França, durante pronunciamento na cúpula do G7, reforçou a nova narrativa[18], quando afirmou que uma das suas prioridades naquele evento seria mobilizar "todas as potências, em parceria com os países da Amazônia", para combater o desmatamento e investir no reflorestamento. Disse, ainda, que "A Amazônia é nosso bem comum. Estamos

[14] Publicação no perfil oficial de Bill de Blasio no Tweeter, disponível em: https://twitter.com/BilldeBlasio/status/1164587674155540481, acesso em 07 de agosto de 2020.
[15] Publicação no perfil oficial de Bernie Sanders no Tweeter, disponível em: https://twitter.com/BernieSanders/status/1164550143812808704, acesso em 06 de agosto de 2020.
[16] G7 é a sigla usada para designar os sete países economicamente mais desenvolvidos do mundo: Estados Unidos da América, Reino Unido, Alemanha, Japão, França, Canadá e Itália. Os governos de cada um dos países reúnem-se periodicamente para discutir temas de política internacional mundial.
[17] Publicação no perfil oficial de Donald Trump no Tweeter, disponível em: https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1165022004392681472, acesso em 03 de agosto de 2020.
[18] Texto extraído do sítio eletrônico http://www.rfi.fr/br/mundo/20190824-macron-diz-que-amazonia-e-bem-comum-e-pede-mobilizacao-de-potencias-contra-o-desmatam, acesso em 28 de abril de 2020.

todos envolvidos, e a França está provavelmente mais do que outros que estarão nessa mesa, porque nós somos amazonenses. A Guiana Francesa está na Amazônia"[19].

Na mesma época, ainda em 2019, a Alemanha e a Noruega anunciaram o bloqueio das contribuições financeiras para os fundos de combate ao desmatamento na Amazônia, verba estimada em 133 milhões de reais e que seria destinada ao Fundo Amazônia[20], gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na oportunidade, Ola Elvestuen, Ministro do Clima e do Meio Ambiente norueguês, afirmou ao jornal norueguês Dagens Naeringsliv, que o "Brasil quebrou o acordo firmado com a Noruega e Alemanha".

Por fim, mas não menos importante, durante missa de abertura do Sínodo dos Bispos sobre a Amazônia, em 06 de outubro de 2019, o Papa Francisco afirmou[21] que "o fogo que devastou recentemente a Amazônia... foi ateado por interesses que destroem". Desta forma, usando de metáfora imbuída de valor moral, defendeu que a região amazônica precisa do "fogo do amor de Deus, que não é devorador, mas aquece e dá vida".

O fenômeno da estudante sueca, Greta Thunberg, escolhida em 11 de dezembro de 2019 como "personalidade do ano pela revista Time, também entra na modelagem e no contexto dos fatores externos capazes de emitir discurso influenciador em nível internacional. Ativista ambiental, Greta participou em 21 de setembro de 2019 da Cúpula do Clima, evento promovido pela ONU em Nova Iorque. Em 11 de dezembro de 2019, em Madrid, Greta falou na COP 25 (*Conference of the Parties*), reforçando a narrativa ambiental com base na luta contra as mudanças climáticas.

[19] Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2019/08/24/l-amazonie-bien-commun-universel_5502406_3232.html, acesso em 05 de agosto de 2020.
[20] O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais.
[21] Texto extraído do sítio eletrônico https://franciscanos.org.br/noticias/papa-o-fogo-ateado-por-interesses-que-destroem-como-o-que-devastou-recentemente-a-amazonia-nao-e-o-do-evangelho.html, acesso em 28 de abril de 2020.

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

No que tange especificamente ao Brasil, em 08 de dezembro de 2019, Greta denunciou, por intermédio de suas redes sociais (Figura 03), a morte de 2 (dois) indígenas do povo Guajajara no Estado do Maranhão. Nas publicações, escreveu que "Os povos indígenas estão literalmente sendo assassinados por tentar proteger a floresta do desmatamento ilegal. Repetidamente. É vergonhoso que o mundo permaneça calado sobre isso" (tradução nossa):

Figura 03

Postagem de Greta Thunberg no Twitter em 08 de dezembro de 2019

Fonte: https://twitter.com/GretaThunberg/status/1203732257401380869

Ainda oriundos do plano externo, destacam-se interesses econômicos de vários setores industriais. Grupos econômicos, em particular àqueles que trabalham com biotecnologia, a indústria farmacêutica internacional, empreendedores ligados à etnobiologia e engenharia genética são cada vez mais atuantes na busca de inserção e liberdade de ação no país (PROCÓPIO, 2005).

4.1 Quando falar é fazer! A recriação do Conselho da Amazônia como ato perlocucionário

As dinâmicas do contexto internacional descrito, somadas a realidade da construção de ameaças em tempos de hiperconectividade (FERGUSON, 2017), em um mundo onde a velocidade na transmissão de informações é instantânea e a quantidade de dados disponíveis é exponencialmente crescente, criaram a necessidade de uma governança que seja capaz de filtrar aquilo que é essencial. Isso, igualmente, demanda análise de múltiplos fatores com rapidez para que sejam tomadas decisões oportunas frente às ameaças capazes de impactar as relações entre os mais diversos atores e, por conseguinte, as configurações de poder.

A primeira resposta organizada, ou ato perlocucionário, no jargão de nosso referencial teórico, veio com a Operação Verde Brasil I, instituída por meio de decreto presidencial que autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com foco ambiental, entre 24 de agosto e 24 de setembro de 2019, para combater queimadas e delitos ambientais na região da Amazônia, especialmente na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos estados da Amazônia Legal. Posteriormente, a operação foi prorrogada por mais 30 dias, encerrando-se em 24 de outubro de 2019.

O tempo passou e com ele veio o agravamento da crise. Assim, em 21 de janeiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro, em sua conta no *Twitter*, postou mensagem onde determinou a criação do Conselho da Amazônia, a ser coordenado pelo Vice-Presidente Hamilton Mourão,

utilizando-se de sua própria estrutura e tendo por objetivo coordenar as ações voltadas para a proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia. Na mesma postagem, determinou a criação de uma Força Nacional Ambiental, à semelhança da Força Nacional de Segurança Pública, voltada à proteção do meio ambiente da Amazônia.

A materialização da intenção do Presidente Bolsonaro e a resposta formal do Governo brasileiro em relação ao assunto foi a expedição do Decreto Nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, que recriou o Conselho Nacional da Amazônia Legal, com a concepção de ser uma ferramenta para coordenar as ações governamentais voltadas para o Bioma Amazônico.

Nota-se, portanto, que a temática amazônica esteve em forte evidência no plano internacional ao longo do ano de 2019, registrando-se vários constructos retóricos, ou *speech acts*, indo de encontro ao governo brasileiro ao mesmo tempo em que o Presidente Bolsonaro se ambientava à função.

Desta forma, o estratagema inicial adotado pelo Brasil para fazer frente e dar resposta às cobranças domésticas e internacionais em relação aos problemas amazônicos foi o estabelecimento de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com claro viés de combate aos ilícitos ambientais.

Posteriormente, na esfera administrativa, elevou-se o nível do Conselho da Amazônia, que outrora ficara sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, passando-o para a coordenação do Gabinete do Vice-Presidente da República.

Nota-se, portanto, que as respostas brasileiras vieram para reforçar a tônica perlocucionária como atributo do ator securitizador - aquele que dispõe de autoridade e/ou recursos que lhes autorizem declarar determinado objeto referente como existencialmente ameaçado - neste caso, o Chefe do Poder Executivo, em contrapartida aos atos discursivos (locucionários) internacionais. E, no contexto das guerras de narrativas hodiernas, mais que em qualquer outro momento, ressoa com nitidez a premissa de que palavras se traduzem em poderosos instrumentos políticos.

CONCLUSÃO

O artigo partiu do seguinte questionamento: "Em que medida a construção de possíveis ameaças, por meio de narrativas, vindas do ambiente externo, influenciaram no processo de recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal enquanto atos locucionários?

Buscou-se, na compreensão e estudo das variáveis: atestar a importância estratégica da Amazônia; ratificar que é possível construir ameaças por intermédio do Ato Discurso e comprovar que movimentos no contexto político internacional podem, de fato, impactar em interesses das burocracias no Brasil. Nesse contexto, com base em inferência causais e descritivas, buscou-se evidenciar que a dimensão dos fatores condicionantes externos, com base principalmente na narrativa ambiental, ensejou a recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, sob a coordenação do Vice-Presidente da República.

Para fins de estudo, procurou-se apresentar fatos históricos e argumentos que bem dimensionam o porte geopolítico da Amazônia brasileira. Também foi dado especial foco na perspectiva internacional, destacando-se, ao longo do tempo, eventos, iniciativas e discursos que orbitaram sobre a temática amazônica.

Assim, foi possível observar que, desde os primeiros exploradores e colonizadores, seguidos posteriormente pelo estamento religioso em missão civilizatória, e depois pelos extrativistas e outros empreendedores, o espaço amazônico foi entendido como uma área estratégica por motivos os mais diversos.

As riquezas naturais, a abundância de água e a inigualável variedade de flora e fauna fizeram transparecer, sobremodo, no plano retórico internacional, a noção de que a Amazônia é uma espécie de reserva natural do mundo, um depósito de ativos, um repositório de recursos naturais e uma terra de possibilidades.

V.8, N.1 JAN/JUL (2021)

No século XX, a temática ambiental ganhou força e começou a reforçar a narrativa internacional sobre aspectos que passaram a ganhar notável protagonismo na agenda temática das relações internacionais, como o aquecimento global e o esgotamento dos recursos naturais, tornando-se, pois, fator a ser considerado nos processos de tomada de decisões.

O caráter estratégico das questões envolvendo a Amazônia Legal brasileira é inegável. As vastíssimas extensões de terras (indígenas, devolutas e unidades de conservação), as populações tradicionais e suas peculiaridades, as riquezas naturais, a mineração estratégica, a necessidade de regulação fundiária e a liberdade para a prática de vários ilícitos ensejam a necessidade urgente de uma forte e efetiva presença do Estado brasileiro na região, além da óbvia e imperiosa necessidade de o tema ser discutido como prioridade nacional.

No que tange, em particular, à vasta gama de atividades ilícitas que ocorrem na Amazônia (tráfico de animais, biopirataria, narcotráfico, queimadas, desmatamento ilegal etc.), nota-se que tal realidade impacta diretamente na dimensão humana e econômica da região, repercutindo negativamente no plano externo e gerando narrativas que questionam a capacidade doméstica de gerenciar o assunto com os próprios meios. Por isso, a temática amazônica requer especial atenção por parte dos tomadores de decisão nos diferentes níveis, de forma transversal, e quanto às diferentes nuances do assunto (ambientais, de defesa, econômicas, políticas, sociais, tanto nos níveis de análise doméstico como internacional).

No Brasil, e particularmente no governo Bolsonaro, até em função dos inúmeros *inputs* externos recebidos, verificou-se que é imperativo revisar o processo de desenvolvimento desejável para a Amazônia, uma vez que o modelo do século XX não foi esgotado, mas ficou anacrônico. O desafio da bioeconomia amazônica, por exemplo, reside em fazer a região se desenvolver, de forma sustentável, inserindo-se no contexto de crescimento nacional, amparada por efetivas políticas públicas que assegurem a preservação, a proteção e o desenvolvimento regional.

Assim, nos dias atuais é lícito afirmar que o imperativo das questões ambientais se consolidou como tema altamente politizado, do nível local ao global. A economia dita de

fronteira, padrão adotado historicamente, precisa ser reavaliada, para que o país possa avançar na direção do crescimento sustentável, alinhado com as percepções regionais, nacionais e internacionais. Na mesma direção, o problema do uso predatório e indiscriminado das riquezas naturais que a Amazônia possui e a necessidade de desenvolver a região respeitando-se as populações tradicionais também fazem parte da equação.

E, na esteira dos acontecimentos mais recentes, a recriação do Conselho da Amazônia - enquanto ato perlocucionário materializado em resposta a condicionantes externas consubstanciadas em recursos retóricos - apresenta-se como instrumento de desarticulação de resistências e neutralização de ameaças e atores antagônicos.

Assim, por derradeiro, foi possível inferir haver intersecções causais entre os níveis doméstico e internacional de análise quanto às implicações de práticas discursivas de agentes forâneos na conformação da agenda política interna. Fortalece-se, destarte, a premissa de que atos-discursos, na era da hiperconectividade e das guerras narrativas, são poderosos instrumentos de poder, sobremodo, com relação a temas de apelo midiático, como o é a Amazônia.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**. São Paulo: Lua Nova, 1999.

ALENCAR, A.; NEPSTAD, N; MCGRATH, D; MOUTINHO, P; PACHECO, P; DIAZ, M. D. C. V e FILHO, B. S. **Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica.** Manaus, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2004.

AMIN, Mário Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI.** Brasil, 2015.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do Things with words**. EUA, 1962.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BOGONI, Dorival Ari. Brasil XXI. **Posse e Conquista: desafios para a integração**. Goiânia: Poligráfica, 2015.

BRASIL. Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal**. Diário Oficial, Brasília, DF, 12 fev.2020.

BRASIL. **Política e Estratégia Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa, 2020.

CARBINATTO, Bruno. **Desde os anos 1970, previsões para aquecimento global vêm acertando**. **SUPER INTERESSANTE**, 05 de fev. de 2020. Disponível em: https://super.abril.com.br/ciencia/desde-os-anos-1970-previsoes-para-aquecimento-global-vem-acertando/. Acesso em: 05 de ago. de 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DA SILVA, Gustavo Adolfo. **Teoria dos atos da fala**.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2019.

FERGUSON, Niall. **The False Prophecy of Hyperconnection - How to Survive the Networked Age**. 2017.

FUNDO AMAZÔNIA. Brasil 2020. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br. Acesso em: 24 abr. 2020.

GAMA, William e VELHO, Léa. **A cooperação científica internacional na Amazônia.** São Paulo: 2005.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HORNE, Gerald. **O sul mais distante**. Companhia das letras, 2007.

LUCENA, José N. Souza. **Revista Nação e Defesa.** Portugal, 1992.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. MAIO, Marcos Chor. **Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000500008. Acesso em: 20 abr. 2020.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica Pan-amazônica.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: O Ataque da Pirataria, da Lavagem de Dinheiro e do Tráfico à Economia Global.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2006.

OLIVEIRA, Victor. **A Escola de Copenhague e a Teoria da Securitização**. Disponível em: https://neoiluminismo.com/2019/09/05/a-escola-de-copenhague-e-a-teoria-da-securitizacao. Acesso em: 18 abr. 2020.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico.** São Paulo: Hucitec, 2005.

___.**Diplomacia e Desigualdade.** Curitiba: Juruá, 2010.

RATTNER, Henrique. **O esgotamento dos recursos naturais: catástrofe interdependência?** São Paulo, 1977.

SEARLE, J. L. Os atos da fala: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almeida, 1984.